

## **Conflitos socioambientais no Território do Extremo Sul da Bahia e a Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto: a luta popular e as estratégias pedagógicas libertadoras na construção da agroecologia.**

### **Socio-environmental conflicts in the Territory of the Extreme South of Bahia and the Egídio Brunetto Popular School of Agroecology and Agroforestry: popular struggle and liberating pedagogical strategies in the construction of agroecology.**

**Felipe Otávio Campelo e Silva<sup>1</sup>**  
**Fábio Frattini Marchetti<sup>2</sup>**  
**Meriely Oliveira de Jesus<sup>3</sup>**  
**Dionara Soares Ribeiro<sup>4</sup>**  
**Valdete Oliveira Santos<sup>5</sup>**

---

<sup>1</sup> Felipe Otávio Campelo e Silva - Engenheiro agrônomo pela Universidade Federal de Viçosa (2001), mestre em ciências sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (2008), doutorando do PPGBiossistemas da UFSB, é assentado da reforma agrária, membro da direção estadual do MST e da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto (EPAAEB).  
[campelo.felipe@hotmail.com](mailto:campelo.felipe@hotmail.com), <http://lattes.cnpq.br/2441639977234148>, <https://orcid.org/0000-0001-9404-6592>

<sup>2</sup> Fábio Frattini Marchetti - Biólogo e Mestre em Biologia Vegetal pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Doutor em Ecologia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo. Atua como pesquisador de pós-doutorado na ESALQ/USP, pesquisador-colaborador do Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão em Educação e Conservação Ambiental (NACE-PTECA), [fabio.marchetti@usp.br](mailto:fabio.marchetti@usp.br), <https://orcid.org/0000-0002-8019-3871>, CV: <http://lattes.cnpq.br/3361582853033088>

<sup>3</sup> Meriely Oliveira de Jesus - Engenheira Florestal pela Faculdade Pitágoras, Mestranda em Agricultura Orgânica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Especialista em agroecologia e educação do campo pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), atua na Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto (EPAAEB) no extremo sul da Bahia. Atua pela EPAAEB no setor pedagógico como educadora popular coordena o Plano Nacional "Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis" do MST no estado da Bahia. [meiryoli@gmail.com](mailto:meiryoli@gmail.com), CV: <http://lattes.cnpq.br/9768402450169182>; <http://orcid.org/0000-0002-4349-9409>

<sup>4</sup> Dionara Soares Ribeiro - militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, assentada da Reforma Agrária, educadora da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto e integrante do coletivo nacional de educação do MST. Possui licenciatura em Educação do Campo pela UnB(2011), Especialização em Trabalho, Educação e Movimentos Sociais pela(EPSJV/FIOCRUZ(2015) e Mestrado em Educação do Campo pela UFRB (2021), [dieduc2006@yahoo.com.br](mailto:dieduc2006@yahoo.com.br), <http://lattes.cnpq.br/1605119284624232>, <https://orcid.org/0000-0001-6587-4591>

<sup>5</sup> Valdeti Oliveira Santos - Mestranda em Educação do Campo pela UFRB, Especialista em Educação do Campo e Agroecologia na Agricultura Familiar e Camponesa - UNICAMP- FEAGRI (2016). Possui graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade do Estado da Bahia (2013). Atua junto ao movimento social dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nos projetos Educativos e Agroecológicos da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto desde 2013. É presidente da COOPTAP (Cooperativa de Trabalho Agroecológico Popular) fundada em 2019. [valdeteagro@outlook.com](mailto:valdeteagro@outlook.com), CV: <http://lattes.cnpq.br/1748420716032735>, <https://orcid.org/0000-0003-0771-0905>.

**RESUMO:**

O artigo versa sobre a luta popular e as estratégias pedagógicas libertadoras da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto (EPAAEB) e procura trazer uma análise da história dos conflitos socioambientais das últimas décadas no território do Extremo Sul da Bahia, e como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), construiu as bases para a configuração de um movimento massivo de construção da Agroecologia. O artigo resgata algumas das ações educativas desenvolvidas pela EPAAEB, que desembocaram em diversas atividades para reverter o atual quadro de destruição do bioma mata atlântica, buscando romper a histórica e persistente dicotomia entre desenvolvimento social e preservação ambiental. Identificamos nesse estudo, o potencial das ferramentas pedagógicas utilizadas, cujos resultados apontam para novas possibilidades na construção popular da agroecologia e na elaboração de parâmetros para a formulação de políticas públicas no campo da agricultura camponesa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agroecologia; território; educação popular.

**ABSTRACT:**

The popular struggle and liberating pedagogical strategic chapter of the *Escola Popular Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto* (EPAAEB) seeks an analysis of the socio-environmental conflicts in the Extreme South of Bahia, and how the Landless Rural Workers Movement (MST), laid the foundations for the configuration of a massive movement for the construction of agroecology. The chapter rescues some of the educational actions developed by EPAAEB, which resulted in several activities to reverse the current situation of destruction of the Atlantic Forest biome, seeking to break the historical and persistent dichotomy between social development and environmental preservation. We identified the potential of pedagogical tools whose results point to new possibilities for popular construction of agroecology and for elaboration of parameters to formulate public policies in the field of sustainable rural development.

**KEYWORDS:** Agroecology; territory, popular education

## 1. A crise civilizatória, o modelo agroexportador, covid 19 e a agroecologia.

A COVID 19 ceifou no Brasil mais de 660 mil vidas e impactou economicamente milhões de famílias, expondo para o mundo o quão é estreita a relação entre saúde, ecologia e economia, e assim como observado por Giraldo (2014), percebemos que a crise ambiental em que estamos imersos, representa uma crise da civilização ocidental moderna, da sua racionalidade e pensamento dicotômico entre natureza e sociedade, entre indivíduo e comunidade.

Ainda segundo o autor, essa cisão, fruto da movimentação histórica da sociedade, trouxe consequências do olhar humano sobre a natureza, produção de ciência e tecnologia, coisificando-a, dominando-a e instrumentalizando-a para atender interesses econômicos.

Pensamento esse que se materializou em nossa sociedade ao longo de séculos, e podemos percebê-lo ao analisarmos o fragmento do discurso de Descartes, produzido no século XVII, que aponta caminhos para entender as transformações filosóficas e portanto na ciência, ocorridas na sociedade no momento da transição do feudalismo para capitalismo.

“... se puede encontrar una filosofía eminentemente práctica, por medio de la cual, conociendo la fuerza y las acciones del fuego, del agua, del aire, de los astros, de los cielos y todo lo que nos rodea [...] aplicaríamos esos conocimientos a todos los usos adecuados y nos constituiríamos en amos y poseedores de la naturaleza” (Giraldo 2014, p. 06).

Esse pensamento se perpetua, como a lógica de desenvolvimento da sociedade atual, onde a natureza sendo finita, é explorada como se não o fosse, num ciclo de exploração e degradação que tem nos transformado numa “sociedade genocida”, ou como nos alertou Vidal (2000), sobre o modelo de desenvolvimento do Brasil, uma “civilização suicida”.

A secção entre o ser humano e a natureza pode ser identificada como o “*mayor problema ontológico de la cultura occidental, en la medida en que hemos olvidado que nuestro ser, solo es posible que sea, en una relación intercorporal con todo lo demás, es decir, en el vínculo con otros cuerpos plantas, otros cuerpos animales, otro cuerpo agua, e incluso, otros cuerpos como el carbón o el petróleo*” (GIRALDO, 2020, p. 10).

A visão reducionista e compartimentada dos elementos naturais, nos impede de relacionar os diversos fenômenos naturais e sociais, e que, imersos em uma grave crise civilizatória, as secas, as queimadas, a fome, a falta de trabalho, as pandemias, as contaminações por venenos agrícolas,

as erosões, os massacres de povos tradicionais, os sem terras, sem casas, os sem perspectivas, os assassinatos da juventude negra nas periferias, são fenômenos interligados, que mostram que não há saídas possíveis dentro do modelo capitalista.

Os caminhos da macro economia, das ciências e tecnologias produzidas, não tem contribuído para solucionar os graves dilemas ambientais, sociais, culturais e econômicos, ao contrário, tem fortalecido as desigualdades sociais e os desequilíbrios ecológicos.

Nos mesmos termos, Altieri (2020) nos alerta a partir de uma análise crítica e sistêmica, que:

La mayoría de nuestros problemas globales: escasez de energía y de agua, degradación ambiental, cambio climático, desigualdade económica, inseguridad alimentaria y otros, no pueden abordarse de forma aislada, ya que estos problemas están interconectados y son interdependientes. Cuando uno de los problemas se agrava, los efectos se extienden por todo el sistema, exacerbando los otros problemas (ALTIERI, 2020).

O modelo da agricultura industrial destrói os mecanismos ecológicos que garantem o funcionamento dos biomas, substituindo a biodiversidade por monoculturas geneticamente homogêneas, usando-se de uma multiplicidade de venenos para combater pragas e doenças, ocasionando uma pressão genética que promove o aparecimento de novas, mais agressivas e resistentes pragas e patógenos.

As pandemias, por sua vez, mais do que consequências naturais, são igualmente produtos sociais, fruto da lógica de exploração da natureza, da forma desgarrada e prepotente do olhar do ser humano sobre a natureza, é um resultado de um modelo de desenvolvimento, que tem trazido riscos eminentes da própria existência humana, um modelo genocida e suicida (BUTLER, 2020).

Não é possível mudar as causas suicidas de nossa sociedade, como as brutais desigualdades socioeconômicas, sem realizar uma reforma agrária massiva e abrangente, capaz de promover a partilha dos frutos colhidos pela laborosa história da humanidade. Há que se pensar numa nova racionalidade, onde o bem comum seja de fato percebido, respeitado e exercido. A natureza não pode ser apropriada por poucos, nem tampouco pode ser destruída por essa saga do capital.

Os camponeses têm demonstrado, ao longo de milhares de anos, como construir territórios sociobiodiversos, garantindo a diversidade genética, alimentar, cultural e a estrutura de circuitos curtos de comercialização, que nos permitem ser mais sustentáveis ao fortalecer a resiliência necessária para a sustentação socioeconômica e ambiental do planeta.

Não há como construir novas referências da ciência, sem romper com a forma dicotômica entre o ser humano e a natureza, sem entendermos que somos parte desta, e com isso, compreender e apreender sobre a sua profunda complexidade de relações extremamente interdependentes. Dentro dessa perspectiva, a ciência – em especial a agroecologia – se coloca então como um poderoso instrumento para avançarmos no entendimento holístico sobre os fenômenos ecológicos e sociais, no respeito as diversidades culturais, climáticas e portanto ecológicas, como aponta Caporal (2004):

Uma definição mais ampla é proporcionada por Sevilla Guzmán e González de Molina (1996), para quem a Agroecologia corresponde a um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para – através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica – reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanque seletivamente as formas degradantes e expoliadoras da natureza e da sociedade (CAPORAL, 2004).

A agroecologia se torna então, uma importante ferramenta na reversão do atual modelo de desenvolvimento da nossa sociedade, sendo ciência, práxis e luta social, e se incorporou dentro da pauta estratégica de diversos setores da sociedade civil organizada, em especial dos camponês ao redor do mundo.

Entre inúmeras iniciativas, encontra-se o projeto de assentamentos agroecológicos no Extremo Sul da Bahia, construído através da luta social do MST contra a expansão da monocultura do eucalipto e materializado a partir da parceria com o Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão em Educação e Conservação Ambiental (NACE-PTECA/ESALQ/USP).

Nesse sentido, passamos então a analisar o contexto local e histórico do território do Extremo Sul da Bahia e com isso compreender as ações desenvolvidas pela Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto (EPAAEB) na construção da agroecologia.

## **2. O território do Extremo Sul da Bahia.**

O território do Extremo Sul da Bahia é composto por 21 municípios, possui uma área de 30.520 Km<sup>2</sup>, delimitada ao sul pelo estado do Espírito Santo, à oeste pelo estado de Minas Gerais, ao norte o território litoral sul Baiano e à leste o oceano atlântico (IMA, 2008).



Figura 1: Mapa da Bahia com destaque em vermelho ao território do Extremo Sul. Fonte: <http://biologiaqui2.blogspot.com/>.

Seu processo de ocupação pode ser considerado “tardio”, tomando como base outras regiões do Brasil, na medida em que do século XVI ao XVIII, sua população se restringia a pequenos povoados que exerciam agricultura de subsistência e se localizavam próximos aos rios e as faixas litorâneas (PERPÉTUA, 2016, p. 227).

No início do século XIX, forma-se na região as primeiras fazendas de café localizadas onde hoje está o município de Nova Viçosa, baseando-se no trabalho escravo, chegou a ter mais de 650.000 pés de café, com uma produção voltada para exportação. Esse cenário se altera com a proibição do tráfico negreiro, o que determina entre outros motivos a falência das lavouras de café (CARMO, 2010).

Segundo Pedreira (2008, p. 78), a região não possuindo grande atrativos econômicos até meados do século XX, o uso das terras se davam pelos negros (agora “libertos”) e mestiços que exerciam uma agricultura de subsistência de base familiar. Processo esse, que somado aos milhares de indígenas da região, podemos chamar da formação do campesinato no que viria a ser chamado do território do Extremo Sul da Bahia:

Neste sentido, a existência de terras desocupadas e a ausência de coerção de força de trabalho, associadas ao papel marginal da região na economia estadual e nacional, permitiram a formação de uma sociedade baseada na pequena agricultura

familiar, mantendo-se como fronteira de ocupação aberta, ao tempo em que retardou a emergência e a consolidação de uma elite local dominante (PEDREIRA, 2008).

Na transição da primeira para a segunda metade do século XX, a dinâmica econômica se altera na região, com a implantação das primeiras malhas viárias (BR 05 e BR 418), intensificação das madeireiras (rudimentares no início e a partir da década de 60 mais equipadas como a Braslanda e a Cia Itamarajú Agroindustrial), pecuária extensiva, ampliação de monoculturas de café e mais recentemente a expansão do eucalipto (AMORIM, 2006; IMA, 2008; PEDREIRA, 2008; NETO, 2012; SILVA, 2017).

O monocultivo do eucalipto surge na década de 1980 e na década seguinte acelera sua expansão, principalmente com a construção de fábricas de papel e celulose em Mucuri e Eunápolis, tornando então a região responsável por 90% da produção de celulose do estado. A produção de madeira passou de 350.000 m<sup>3</sup> em 1991 para 5.038.564 m<sup>3</sup> em 2004, desconsiderando-se diversas legislações locais, onde em muitos municípios já se extrapolou a área total permitida para o plantio de eucalipto (IMA, 2008; NETO, 2012).

O avanço do plantio no território contou com recursos públicos (BNDES, isenções de prefeituras, crédito agrícola para fomentos) e ocasionou o aumento populacional significativo. O município de Mucuri, onde em 1992 foi instalada a fábrica Susano Bahia Sul Papel e Celulose S.A., teve sua população aumentada de 4.810 habitantes em 1991 para 22.305 habitantes em 2005 (IMA, 2008).

Paralelamente à expansão do eucalipto no Extremo Sul da Bahia, os empregos permanentes no campo diminuíram em 127% de 1985 para 1995, passando de 20.249 para 8.914 respectivamente, e os empregos temporários tiveram uma redução de 863%, diminuindo de 23.111 para 2.398. O êxodo rural foi outro fenômeno largamente observando, quando a população rural passou de 76,9% em 1980 para 22% em 2000. Os estabelecimentos rurais com menos de 50 ha tiveram uma redução de área de 155.753 ha para 66.595 ha (IMA, 2008).

A esse fenômeno podemos utilizar a expressão “modernização conservadora” (GUIMARÃES, 1977; AZEVEDO, 1982), que mesmo sendo analisada sobre contextos diferenciados, no Extremo Sul da Bahia suas consequências se assemelham, na medida que também trouxeram impactos diretos nas formas de vida dos povos do campo no território, tanto no sentido dos recorrentes conflitos pela terra, pelas mudanças no trabalho, pelo inchaço



populacional das cidades, pelo intenso êxodo rural, pelas mudanças na paisagem, que concatenadas trouxeram também alterações significativas no pensar do camponês sobre seu território (IMA, 2008; NETO, 2012; PEDREIRA, 2008; SILVA, 2017; TAVARES, 2005).

Diante das contradições acima descritas, o território se torna palco de diversos conflitos pela posse e uso da terra. Quilombolas, ribeirinhos, pescadores, indígenas, sem terras, agricultores familiares organizados em diversos movimentos sociais, intensificaram suas formas de luta, o que culminou em pressões locais, nacional e mesmo internacional, as quais trouxeram os governos estadual e nacional para a mediação necessária.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) intensifica no território e sua estratégia de enfrentamento à expansão das empresas de celulose, desencadeou uma série de ocupações de terras, marchas e denúncias, e sob mediação do governo federal e estadual, culminou na conquista de 17 assentamentos, que antes seriam ou já eram destinadas ao plantio de eucalipto, beneficiando cerca de 1.650 famílias em nove municípios do Extremo Sul da Bahia (EPAAEB, 2018).

A estes novos assentamentos, pensou-se a construção de territórios livres do analfabetismo, da monocultura e dos agrotóxicos, um espaço de construção de tecnologias adaptadas à realidade camponesa e que se baseia nos princípios da agroecologia e da educação do campo, considerando entre outras ações, a organização da produção e a recuperação do bioma da mata atlântica, entendendo-se que a *“luta pela terra é a luta por um tipo de território: o território camponês”* (FERNANDES, 2018, p.274).

E é nesse sentido que se materializa, em 2013, a Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto, um espaço de organização das diversas estratégias colocadas no âmbito do Projeto Assentamentos Agroecológicos (PAA), para a consolidação da agroecologia em âmbito territorial. O PAA atua em 17 assentamentos, num total de 30.000 hectares, em 09 municípios, e tem como base a parceria entre o MST e a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/USP, estratégias que vamos descrever no tópico abaixo.

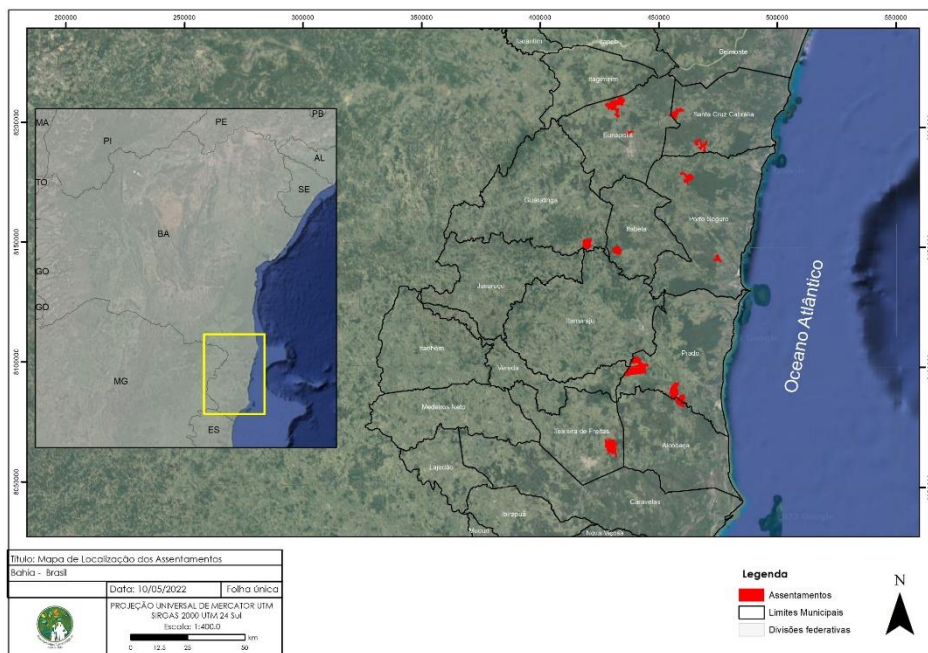


Figura 02: Localização (em vermelho) dos assentamentos agroecológicos do Extremo Sul da Bahia. Fonte: Dados PAA.

### 3. A Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto e suas práticas pedagógicas no Sul da Bahia.

A constituição da EPAAEB foi fruto de muitas mãos, muitas reflexões e um processo intenso de análise sobre a questão agrária colocada para o Extremo Sul da Bahia. Sua força motriz foi a consolidação de um conjunto de ações articuladas que visavam o fortalecimento da reforma agrária popular e agroecológica.

Pensou-se, primeiramente, no caráter da EPAAEB enquanto um espaço de reflexão da questão agrária no território, procurando, através de uma leitura histórica e crítica da realidade, estabelecer caminhos para a construção de um outro projeto de desenvolvimento para nossa região, diferente daquele estabelecido pelo agronegócio e a monocultura.

E é nesse sentido que se estruturaram as ações que permitiram uma construção coletiva desse caminhar, envolvendo os povos tradicionais da região, movimentos sociais do campo e cidade, universidades e instituições de pesquisas, e outras instituições com diretrizes vinculadas à produção agroecológica, conservação dos recursos naturais e reforma agrária popular.

Havia a necessidade de uma organicidade que desse conta do enorme desafio de construção da agroecologia e da recuperação do bioma mata atlântica nos assentamentos

agroecológicos, e para isso a organicidade do MST foi a de estruturar frentes de atuação, que elencamos a partir dos seguintes eixos:

a) Diagnóstico participativo socioambiental

Um dos primeiros elementos, foi o de estruturar um coletivo que pudesse iniciar o processo de pensar a distribuição social das famílias, a partir de uma leitura das características ambientais que cada área apresentava. Para isso foi realizado um diagnóstico socioeconômico com todas as famílias acampadas e um levantamento das características estruturais (bióticas e abióticas).



Figura 03 a 05: Diagnóstico participativo socioambiental. Fonte: Dados internos PAA.

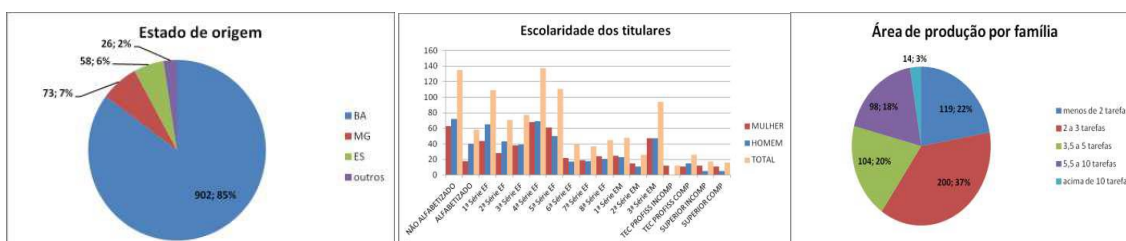


Figura 06 a 08: Dados do diagnóstico socioeconômico. Fonte: dados PAA.

Foi criada também uma base de dados que permitiu a elaboração de mapas que apontavam para as potencialidades e fragilidades ambientais, como a situação das reservas legais, área de preservação permanente, uso dos solos, áreas de uso restrito, estradas, áreas sociais, entre outras.

Um aspecto fundamental para essa ação, é que todas as etapas foram construídas de forma participativa com as famílias, desde o planejamento, a leitura da realidade ambiental através das caminhadas transversais, coletas de solos, análises de regiões críticas, montagem do mapa falante entre outras atividades. Leitura coletiva que permitiu o ato de prospecção e de

reflexão e, com isso, a formulações de proposições no sentido dos usos racionais de cada espaço.

Outro elemento importante no diagnóstico foi o levantamento dos sonhos produtivos das famílias, os quais foram construídos e apresentados em forma de desenhos dos “futuros lotes” para os demais componentes dos núcleos de 10 famílias (Núcleos de Base - NBs).



Figura 09: Desenho dos sonhos produtivos das famílias do núcleo 06 do assentamento agroecológico Antônio Araújo. Fonte: Dados PAA.

Esse método participativo transformou-se em um importante instrumento analítico, pois a partir das informações qualitativas identificadas, criou-se o que seria o embrião dos futuros NBs ou núcleos de famílias, as quais seriam agrupadas no assentamento de acordo com os sonhos individuais comuns.

Se mostrou também uma potente ferramenta pedagógica, pois permitiu visualizar coletivamente os arranjos produtivos futuros de cada lote e do conjunto dos 10 lotes (que compõem um NB), identificando o grau de diversificação ou homogeneização ambiental e produtiva.

b) Formações em agroecologia e unidades experimentais

O segundo bloco de atuação, podemos elencar como o processo de formação técnica em agroecologia, no qual foram desenvolvidos diversos cursos, oficinas, seminários e viagens de

intercâmbio, no sentido do despertar da consciência coletiva acerca dos diferentes temas em agroecologia e consciência de classe<sup>6</sup>.

Essas formações resultaram na constituição dos promotores agroecológicos, compostos por representantes das áreas, que tinham a função de promover o intercâmbio de saberes entre os próprios camponeses, ajudando na reflexão coletiva sobre cada área e da importância da construção da agroecologia no assentamento e no território.

Com isso ficou definido a criação de um espaço em cada acampamento, que serviria como um laboratório da consolidação de práticas agroecológicas, onde as famílias pudessem exercitar a prática do planejamento coletivo, a distribuição das tarefas, a análise de resultados e proposições de novas ações, podemos dizer aqui que estávamos exercendo a práxis agroecológica.

A este espaço denominamos de unidades experimentais, seu tamanho variou em torno de 01 hectare por acampamento, e nele se inseriam práticas como produção de adubos, arranjos produtivos com hortas, uso de adubos verdes, inserção de frutíferas, árvores nativas e culturas perenes. Nesses espaços as famílias desenvolveram ações de implantação, manejo e avaliação de arranjos produtivos biodiversos e seus resultados eram levados para reuniões com os demais promotores, para reflexão coletiva na sede da EPAAEB.



Figuras 10 a 12: Arranjo de frutíferas e nativas, coquetel de adubação verde e croqui de uma unidade produtiva. Fonte: dados PAA.

Essas atividades formativas mostraram-se como ricos momentos de intercâmbio entre o conhecimento popular e científico, entre os diversos saberes da equipe técnica e os camponeses,

<sup>6</sup> Entendendo que as formações assumem também o papel de ajudar na construção de uma compreensão coletiva dos mecanismos de exploração do trabalho da classe trabalhadora e da manutenção da hegemonia da ideologia da classe dominante.

nos quais eram apresentados os avanços, limites e se pensava coletivamente as possíveis ações para potencializar as unidades experimentais.

Os debates variaram desde as dificuldades e estratégias para potencializar a ação coletiva, como os problemas técnicos nos arranjos produtivos, as análises de adubos verdes, a diversificação florística e o uso de caldas ecológicas.

c) Frente de estudos das redes produtivas

Diante dos desafios que trouxeram as reflexões colocadas pelo conjunto das famílias acampadas sobre os temas da comercialização e da baixa fertilidade dos solos nas áreas, foram criadas frentes de estudo em cadeias específicas, as quais elencaremos brevemente três delas, não em ordem cronológica, nem de importância.

A primeira foi a frente de comercialização, que iniciou o estudo de mercados, especialmente sobre as feiras livres, mostrando a origem e oferta de produtos agrícolas para a região do Extremo Sul da Bahia. Estudo importante que mostrou as potencialidades e os limites do mercado agropecuário da região.

O estudo foi conduzido por um coletivo e embasou-se na realização de entrevistas com 105 feirantes dos municípios de Itabela, Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália e Eunápolis, por meio de questionário semiestruturado. Os dados apontaram que 50% das frutas e hortaliças das feiras de Porto Seguro são oriundas de outros municípios do estado e também do estado do Espírito Santo (CRESPI, 2013).

A rede de comercialização se estruturou enquanto um coletivo regional, que tem avançado no diagnóstico produtivo, na proposição de projetos de acesso a políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), de organização de cestas agroecológicas, de acesso às feiras livres, de acesso aos mercados formais e mais recentemente, na estruturação de 05 grupos de certificação participativa, junto a rede de certificação povos da mata agroecológico.

Outra rede de estudo organizada, foi a frente da mandiocultura e seus derivados, que realizou um importante diagnóstico sobre a cadeia produtiva da mandioca na regional Extremo Sul da Bahia, através do levantamento das áreas de produção, localização, situação e capacidade produtiva das casas de farinhas nos assentamentos e acampamentos vinculados ao MST,

produção atual de sacos de farinha, destinos de comercialização e identificação das diferentes qualidades e variedades de farinha (MST, 2019).

Esse estudo foi parte da Tese de doutorado na ESALQ e culminou com a devolutiva dos resultados em um seminário que contou com toda a direção política da Regional MST Extremo Sul da Bahia, de proprietários das farinheiras, agricultores, representantes do setor de produção, pesquisadores, equipe técnicas dos assentamentos agroecológicos e da frente de comercialização.

Deste seminário percebeu-se a potencialidades, como o volume de produção de farinhas, a diversidade de variedades crioulas de mandiocas e tipos diferentes de farinhas e outros derivados, bem como o número de excepcional de casas de farinha e de pessoas que trabalham na atividade. Como limites foi apontada a necessidade de adequação ambiental de algumas farinheiras, a diminuição da produtividade de muitas roças e o baixo preço de comercialização frente a atuação dos atravessadores e a flutuação do mercado.

A partir de então foi organizado um coletivo, que está trabalhando na fase final da produção da marca da farinha dos assentamentos da reforma agrária do Extremo Sul da Bahia, fortalecida pela construção de duas farinheiras agroecológicas nos assentamentos Margarida Alves e Gildásio Sales, em moldes produtivo e ambientalmente adequados, além da consolidação do logotipo, registro, selos e embalagens.

A terceira frente de estudo é a rede de bioinsumos, que surgiu pela avaliação coletiva de que havia um passivo produtivo-ambiental nos solos dessas áreas, com problemas no aspectos físico, químico e biológico, além da baixa fertilidade.

Assim, constituiu-se um coletivo específico, que elaborou um projeto de agroindústria para a produção de adubos orgânicos farelados em diferentes formulações, como forma de contribuir nas potencialidades produtivas dos assentamentos e mitigar a baixa fertilidade das áreas, projeto que foi apresentado e aprovado junto a rede Bahia produtiva do governo do Estado da Bahia para captação de recursos e que, portanto, estamos na expectativa de sua liberação.

Esse coletivo participa da rede de bioinsumos nacional do MST e vem desenvolvendo articulações com entidades de pesquisas do Brasil e de outros países, realizando encontros formativos, seminários nacionais e internacionais. O coletivo também vem desenvolvendo diversas experiências na sede da EPAEEB em análises dos efeitos de diferentes dosagens e

formulações de adubos orgânicos, a partir dos estágios dos estudantes do curso técnico em agroecologia promovido pela escola popular.

d) Consolidação dos quintais produtivos

Um eixo que assumiu um papel estratégico na consolidação dos objetivos do PAA foi o de quintais produtivos, organizados a partir de princípios da agroecologia calcados em três pilares centrais: a) construção coletiva e horizontal do conhecimento; b) promoção do aumento da biodiversidade e c) promoção da soberania alimentar. Importante salientar que os quintais foram construídos nos lotes de cada família, somando-se mais de 836 quintais de 01 hectare cada até a presente dada.



Figura 13: registros dos quintais produtivos com três anos de implantados. Fonte: Dados PAA.

O tamanho de 01 hectare foi definido a partir da ideia de que é possível aliar os elementos anteriores com a proposta de geração de renda a curto e médio prazos para sobrevivência das famílias, até a estruturação econômica dentro do lote, ou seja, a concepção do quintal em torno da casa se mantém ao longo do desenvolvimento dos lotes, ampliando-se as ações produtivas ao seu redor. Foram feitas uma série de formações para elaboração participativa dos croquis dos quintais produtivos, nas quais se priorizou o diálogo e os conhecimentos locais para o planejamento das ações.

Importante salientar que, em média, transcorreram três anos após o diagnóstico ambiental para a implementação dos quintais produtivos. Nesse período, ocorreu um intenso



processo de formação e reflexão dos assentados sobre a situação socioambiental local. Com isso, construiu-se com o conjunto das famílias a proposta de pensar uma ação que pudesse aliar a produção de alimentos a curto e médio prazos, associada com a regeneração ambiental dos assentamentos.

A primeira fase desse processo ocorreu ainda na alocação das famílias para os lotes, num processo organizativo, que permitiu uma leitura coletiva da qualidade dos solos ao redor das casas, as execuções de manejo dos solos, como a gessagem, calagem e fosfatagem. De forma coletiva, nesse momento inicial, pensou-se a formatação dos arranjos produtivos, para isso uma série de estudos foram feitos com as famílias, resgatando aqui seus sonhos produtivos (agora com as famílias já agrupadas), e como se organizavam, a partir da realidade dos lotes em que se encontravam.

Foi importante então, a constituição do segundo aspecto dos quintais, que foi a compreensão da importância do aumento da biodiversidade de cada quintal, haja vista que em muitos dos lotes, a vegetação era predominantemente de capim *Brachiaria decumbens* e *Brachiaria humidicola*.

Como pensar a consolidação da estratégia econômica e alimentar a partir de um cenário intenso de degradação ambiental? Essa pergunta norteou os debates e culminou com o entendimento, que somente o aumento da agrobiodiversidade e o manejo agroecológico poderiam permitir a recuperação de um espaço que é fundamental para a manutenção das famílias.

Foi planejada então a formação do microclima com a inserção inicial de 48 mudas arbóreas nativas, de 23 espécies diferentes e 30 mudas de bananas, de diferentes variedades, por família, com o objetivo de propiciar a inserção do componente arbóreo nos sistemas produtivos.

Com isso, articula-se o terceiro elemento dos quintais produtivos que é o de fortalecimento da soberania alimentar, a partir da estratégia de, junto com as mudas nativas e frutíferas, inserir as culturas anuais, hortaliças e em um segundo momento, e já com um microclima mais propício, a introdução de 30 mudas frutíferas de variadas espécies.

A partir dos quintais produtivos, um complexo sistema agroalimentar se estruturou, criação de pequenos animais, interação energética entre os diversos subsistemas, aceleração da produção de biomassa, sinergismo entre fauna e flora, aumento do grau de resiliência do sistema

ecológico e econômico, inserção de plantas medicinais, criação de ambientes de transcendência, de lazer e de melhoria da qualidade de vida.

e) Unidade produtiva da EPAEEB

Como vimos, no desdobrar da luta pela reforma agrária popular, que o MST desencadeou nos últimos 35 anos no Extremo Sul da Bahia, um momento dessa história foi o enfrentamento às empresas de papel e celulose e a consequente conquista de áreas que se denominou de assentamentos agroecológicos.

A EPAEEB foi forjada então para ser a ferramenta pedagógica que pudesse articular a reflexão coletiva, a construção de processos socioecológicos de recomposição florísticas e de manutenção da agrobiodiversidade, o fortalecimento da soberania alimentar, o aumento da geração de renda, o fortalecimento das relações institucionais no território e o debate da educação do campo como elementos importantes para a consolidação da agroecologia.

Com o tamanho dessa tarefa, foi concebido que, para além dos processos de educação formal<sup>7</sup> e informal, seriam implementadas unidades produtivas que refletissem os anseios das famílias que apareceram nos sonhos do diagnóstico socioambiental, um espaço de planejamento coletivo de arranjos produtivos, de produção de pesquisa e experimentação, e ao mesmo tempo um espaço pedagógico de formação e intercâmbio produtivo.

Nas unidades produtivas se encontram 2,2 hectares de café conillon em sistema agroflorestal, há uma área de 0,76 hectares de café arábica, 1,86 hectares de sistemas agroflorestais com cacau, 1,84 hectare de sistema agroflorestal com frutíferas diversas, 0,55 hectares de área de produção de pimenta com tutor vivo de gliricídia e moringa, 0,16 hectares de horta ecológica e 0,35 hectares de piquetes para a criação de galinha caipira.

---

<sup>7</sup> Por educação formal concebemos os cursos que são reconhecidos oficialmente, como o curso profissionalizante pós sub em agroecologia em parceria com o governo do Estado da Bahia, a especialização em educação e agroecologia em parceria com a escola politécnica Joaquim Venâncio/Fiocruz, a especialização em educação do campo e agroecologia em parceria com o UNEB campus X e UFSB campus Paulo Freire. Já os cursos informais são as formações organizadas internamente pela escola.



Figura 14 e 15: Área da EPAAEB em 2012 e 2021. Fonte: dados PAA.

Todas as unidades produtivas tem como elemento importante as espécies nativas e são espaços onde são desenvolvidas pesquisas científicas por estudantes da EPAAEB, instituições de ensino da Bahia e outros estados, parte delas foram apresentadas em congressos e seminários estaduais, nacionais e internacionais.

São espaços que também recebem a visita de pesquisadores de diversos países, povos tradicionais do território do Extremo Sul da Bahia, como indígenas, populações das reservas extrativistas, dos quilombos e de estudantes e professores das universidades da região e de outras localidades.

Para atender as necessidades nutricionais das inúmeras plantas inseridas nas unidades produtivas, a EPAAEB além do manejo de poda das plantas, também construiu uma unidade específica de produção de bioinsumos, onde produz caldas ecológicas e biofertilizantes, que tem a função de melhorar a biodiversidade da microbiota dos ambientes, diminuir a incidência de pragas e doenças e melhorar a qualidade nutricional e sanidade das plantas e do agroecossistema como um todo.



Figuras 16 a 18: Mutirão para produção de Bokashi sólido, sistema para produção de bokashi líquido e galões de multiplicação de microorganismos eficientes. Fonte: dados PAA.

Conta para isso, com pesquisadores populares que tem avançado na formulação de adubos líquidos e sólidos, calibrados a partir das necessidades das plantas e das condições edafoclimáticas de cada momento.

f) Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”

O MST a nível nacional, debateu que uma das tarefas fundamentais para o atual momento de um total desgoverno em relação as pautas ambientais, era a recuperação da biodiversidade dos diversos biomas no Brasil. Para isso estabeleceu uma meta do plantio de 100 milhões de árvores nos próximos 10 anos, sendo que a Bahia ficou com tarefa de plantar 10 milhões e a regional do Extremo Sul com 02 milhões de árvores.

A EPAAEB se incorpora nesse processo e tem ajudado na construção de processos educativos, formativos e de articulação do coletivo do Plano Nacional, a nível regional, estadual e de nordeste. Com o acumulado da experiência técnica e pedagógica, a escola popular tem contribuído na coordenação política e pedagógica de cursos a nível estadual, de nordeste e nacional.

Importantes ações foram desenvolvidas, como as formações e doações de mudas pelas escolas dos assentamentos, a produção de mudas nos 18 viveiros espalhados pela regional, alguns mais rústicos, outros mais estruturados, uns coletivos, outros individuais, que somados tem capacidade de produção de mais de 370 mil mudas ano.

Ações coletivas importantes foram executadas, como a recuperação de áreas degradadas, plantio em áreas de preservação permanente e reserva legal, enriquecimento de quintais produtivos, doações de mudas nas rodovias federais e estaduais, para outros movimento sociais, formações, palestras e articulações com diversos setores da sociedade e, como saldo, tivemos o plantio em 2020 e 2021 de mais de 342 mil mudas, o que certamente é

um valor subestimado já que há dificuldade de contabilizar o plantio de todas as árvores das 4.200 famílias assentadas no Extremo Sul da Bahia.

#### **4. Conclusão**

A EPAAEB tem se mostrado como uma potente ferramenta para a mudança no contexto territorial histórico no Extremo Sul da Bahia. O pensamento hegemônico que estabeleceu a dicotomia entre biodiversidade e desenvolvimento econômico, encontra-se em cheque diante do projeto construído pelo conjunto das famílias do MST acampadas e assentadas, que no seu fazer diário, vem construindo novas referências de produção e relação com a natureza.

Podemos concluir, que há sim uma ação no sentido da soberania alimentar do território, pois há centenas de sistemas produtivos diversificados, ecológicos e que propiciam não apenas o fortalecimento da alimentação das comunidades locais, mas também a estruturação dos circuitos curtos de comercialização que distribuem alimentos saudáveis para uma ampla população. Além disso, é perceptível a restauração ecológica promovida pelos coletivos dos assentamentos, intensificada a partir do Plano Nacional do Plantio de Árvores, dos quintais produtivos e das unidades produtivas agroecológicas da EPAAEB, ações que vem se somando no esforço da recuperação ambiental dos assentamentos de todo o território.

Outro elemento importante é que as ações desenvolvidas no âmbito dos assentamentos agroecológicos ajudam a preservar e a enriquecer polos de irradiação da agrobiodiversidade, de produção de ciência, conhecimentos e tecnologias adaptadas às necessidades camponesas do território, as quais amplificam a produção e comercialização de alimentos inseridos nos sistemas agroalimentares e culturais do território, contribuindo ainda para a conscientização ambiental, social e política da população tanto do campo quanto da cidade.

Por fim, pontuamos, que vem se articulando com mais densidade uma rede de agroecologia entre diversos atores sociais do território, o que potencializa a construção de propostas de políticas públicas, que visem o desenvolvimento de ações no âmbito da agroecologia, da reforma agrária popular e da recuperação do bioma mata atlântica.

## 5. Referências:

- ALTIERI, M. A.; CELIA, C. I. N. A agroecologia em tempos del COVID-19. Centro latinoamericana de investigaciones agroecológicas, 2020.
- AZEVÊDO, F. A. As ligas camponesas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BUTLER, C. D. Pandemics: the limits to growth and environmental health research. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, v. 46, p. 3-5, 2020.
- CAPORAL, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antônio. AGROECOLOGIA E EXTENSÃO RURAL Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural SUSTENTÁVEL Porto Alegre (RS) 2004.
- CARMO, Alane Fraga. Colonização e escravidão na Bahia: a Colônia Leopoldina, 1850-1888. Salvador, 2010. Dissertação (mestrado – HISTÓRIA SOCIAL) – UFBA / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
- CRESPI, Danielly<sup>1</sup>; GALATA, Renato F.<sup>2</sup>; CASTRO, Terena P.<sup>3</sup>; NAREZI, Gabriela<sup>4</sup>; BISPO, Leirson D. <sup>5</sup>; SOBRAL, João P.<sup>6</sup>; SANTOS, João D.<sup>7</sup>; KAGEYAMA, Paulo. As feiras livres e as cadeias de comercialização de produtos agrícolas na região do Extremo Sul da Bahia. Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia. Porto Alegre/RS, 2013. EPAAEB. Escola popular de agroecologia e agroflorestal Egídio Bruneto. Documento interno 2018.
- GIRALDO, O.F. Utopias em la era de la supervivência. Uma interpretación del Buen Vivir. México. Itaca, 2014, 33 p.
- GUIMARÃES, A. P. O complexo agroindustrial. Revista Reforma Agrária, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.
- INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE. *Silvicultura de eucalipto no sul e extremo sul da Bahia: situação atual e perspectivas ambientais*. Salvador, 2008.
- MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. 2019. *Agrobiodiversidade associada à mandioca e à produção de farinha em áreas de reforma agrária do Extremo Sul da Bahia: contribuições para o fortalecimento dos arranjos produtivos locais*. Relatório Técnico. Piracicaba: IPEF/USP/NACE-PTECA.
- NETO, S. P. G. C. *Três décadas de eucalipto no Extremo Sul da Bahia*. Acesso em <http://www.atarde.uol.com.br/bahia/noticias>, 2012.
- SILVA, Felipe Otávio Campelo et al. Educação em Agroecologia: percurso da construção de uma proposta pedagógica para as escolas do campo do Extremo Sul da Bahia. In: CALDART, Roseli (org.) Caminhos para a transformação da escola do Trabalho, agroecologia e estudos das escolas do campo. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

PEDREIRA, Márcia da Silva. O COMPLEXO FLORESTAL E O EXTREMO SUL DA BAHIA: INSERÇÃO COMPETITIVA E TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NA REGIÃO. Rio de Janeiro, 2008. Tese (doutorado em desenvolvimento, agricultura e sociedade) - CPDA. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

PERPÉTUA, Guilherme Marini; JUNIOR, Antônio Thomaz. REVISITANDO O CONCEITO DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL: A pilhagem territorial promovida pela Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária. Edição especial, p. 225-256, jun., 2016.

AUTOR – Felipe Otávio Campelo e Silva

E-mail: [campelo.felipe@hotmail.com](mailto:campelo.felipe@hotmail.com)

<https://orcid.org/0000-0001-9404-6592>

AUTOR – Fábio Frattini Marchetti

E-mail: [fabio.marchetti@usp.br](mailto:fabio.marchetti@usp.br)

<https://orcid.org/0000-0002-8019-3871>

AUTOR – Meriely Oliveira de Jesus

E-mail: [meiryoli@gmail.com](mailto:meiryoli@gmail.com)

<http://orcid.org/0000-0002-4349-9409>

AUTOR – Dionara Soares Ribeiro

E-mail: [dieduc2006@yahoo.com.br](mailto:dieduc2006@yahoo.com.br)

<https://orcid.org/0000-0001-6587-4591>

AUTOR – Valdete Oliveira Santos

E-mail: [valdeteagro@outlook.com](mailto:valdeteagro@outlook.com)

<https://orcid.org/0000-0003-0771-0905>

Recebido em: **03/12/2023**

Aprovado em: **26/12/2022**